



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. SETOR REQUISITANTE (SECRETARIA/DEPARTAMENTO): Diretoria.

2. E-mail: previbrejo@gmail.com

3.OBJETO:

Inscrição no Curso LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS: da montagem do processo à gestão do contrato, ministrado pela Professora Elisa Faria, nos dias 17 e 18 de setembro de 2024 – conforme proposta padrão disponível em <https://jurisensus.com/presencial-licitacoes/>

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

- ☒ (X) Serviço não continuado;
- ☐ () Serviço continuado;
- ☐ () Material de Consumo;
- ☐ () Material permanente/equipamento

5. FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:

- ☐ () Modalidades da Lei n.º 14.133/2021: (especificar a modalidade: _____)
- ☒ (X) Dispensa/Inexigibilidade
- ☐ () Adesão à IRP de outro Órgão
- ☐ () Adesão à Ata de Registro de Preços de outro Órgão.

6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO

O presente documento manifesta a necessidade de execução de serviços de capacitação, para atender à demanda do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá para atender a diretriz de educação previdenciária do pró-gestão, em especial para o aperfeiçoamento dos processos de contratações públicas necessários à boa gestão dos recursos da Taxa de Administração e fiel cumprimento da Lei n. 14.133/2021.

Os serviços educacionais são prestados por profissional especialista em Direito Administrativo, Administração Pública e Gestão Previdenciária, cuja didática é notória o que facilita o aprendizado de conteúdos densos, necessários à boa gestão do RPPS.



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

O curso apresenta valor de investimento compatível com o praticado no mercado, em especial, porque o valor é padronizado para contratação por quaisquer outros órgãos públicos.

Segundo a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a justificativa do preço em contratações diretas, no caso de inexigibilidade de licitação deve ser realizada, preferencialmente, mediante a comparação com os preços praticados pelo próprio fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas. No caso, os preços praticados são disponibilizados de forma padronizada no site da empresa: <https://jurisensus.com/presencial-licitações>

7. DESCRIÇÃO DO MATERIAL/EQUIPAMENTO/SERVIÇO/ UNIDADE/QUANTIDADE A SER CONTRATADO/ VALOR ESTIMADO UNITÁRIO

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor unitário	Valor total
1	Inscrição no curso LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS: Da montagem do processo à gestão do contrato – 17 e 18 de setembro de 2024	Un.	3	R\$ 997,00	R\$ 2.991,00
TOTAL					R\$ 2.991,00

8. DATA PREVISTA PARA UTILIZAÇÃO/EXECUÇÃO: 17 e 18 de setembro de 2024.

09. VALOR TOTAL ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$2.991,00 (dois mil, novecentos e noventa e um reais).

10. INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

I) SERVIDOR DESIGNADO PARA AUXILIAR NA ELABORAÇÃO DESTE DOCUMENTO: Elvis Henrique Ruas Rodrigues

II) INDICAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO: Elvis Henrique Ruas Rodrigues



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 – CENTRO – FRANCISCO SÁ – MG.
TEL.: (038) 3233 1659.

III) INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO: Varcilia Martins Rocha

Autorizo a compra dos materiais/serviços acima solicitados:

28 de agosto de 2024.

DIRETOR EXECUTIVO DO PREVIBREJO
Elvis Henrique Ruas Rodrigues



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

1.1. A proposição deste Termo de Referência visa a contratação de Pessoa Jurídica para curso de licitações e contratos para Institutos de RPPS: da montagem do processo à gestão do contrato, ministrado pela Professora Elisa Faria para atender as necessidades do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Francisco Sá/MG.

2. OBJETO:

Inscrição no Curso LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS: da montagem do processo à gestão do contrato, ministrado pela Professora Elisa Faria, nos dias 17 e 18 de setembro de 2024 – conforme proposta padrão disponível em <https://jurisensus.com/presencial-licitacoes/>

3. FUNDAMENTO LEGAL:

3.1. DISPENSA POR INEXIGIBILIDADE COM BASE NO ART. Nº 74, CAPUT da Lei 14.133/2021.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. Da necessidade de contratação

A Lei n. 8.666/93 permaneceu em vigor por décadas, proporcionando aos gestores públicos uma estrutura sólida de suporte normativo, doutrinário e jurisprudencial. Contudo, com a promulgação da Lei n. 14.133/2021 – esse acervo tornou-se obsoleto ou, no mínimo, insuficiente para a aplicação prática das novas regras e comandos legais. Agora, com mais de seis meses de vigência obrigatória da nova lei, muitos gestores públicos ainda enfrentam dificuldades na sua implementação prática. Mesmo com um período de transição, que durou até dezembro de 2023, a assimilação dos novos conceitos e a adaptação aos processos que a Lei n. 14.133/2021 exige ainda não ocorreram de forma plena.

A nova legislação introduziu uma mudança significativa no planejamento das contratações, destacando-se a obrigatoriedade de estudos técnicos preliminares e o planejamento anual de contratações. A segregação de funções e a responsabilidade individual dos agentes públicos em cada etapa da contratação também exigem uma compreensão profunda da norma por parte de todos os envolvidos, do planejamento à fiscalização do contrato.

Para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), essa mudança é particularmente desafiadora, uma vez que lidam com contratações específicas e altamente técnicas, como cálculo atuarial, gestão de investimentos, assessoria previdenciária, entre outros. A complexidade dessas demandas torna imperativo que os gestores e servidores desses



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

institutos estejam plenamente capacitados para aplicar a nova lei de forma correta e eficiente. Apesar da oferta crescente de cursos e eventos sobre a nova lei, poucos têm abordado de maneira prática e estratégica a sua aplicação no contexto dos RPPS.

4.2. Da dispensa de elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP: O presente objeto de contratação dispensa a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, com amparo no art. 72, inciso I da Lei n. 14.133/2021, tendo em vista o valor estimado para a contratação, o que se afigura bastante razoável, uma vez que em grande parte desses processos, de custos pequenos para o órgão público, o objeto traz obrigações simples ou padronizadas, como é o caso dos serviços educacionais pré-definidos, apesar de sua natureza técnica. Assim, a viabilidade técnica e econômica da contratação pode ser aferida no presente Termo de Referência. Ademais, não há meios de comparação com outros produtos, visto que se trata de curso livre oferecido em data específica e aberto a terceiros. Assim, entende-se por justificada a não apresentação de Estudo Técnico Preliminar para a contratação pretendida.

4.3. Da justificativa de preço: o valor da contratação da inscrição, com todas as funcionalidades oferecidas é extremamente vantajoso para a Administração, permitindo a capacitação dos servidores, com acompanhamento personalizado por três meses. Ademais, trata-se de curso aberto a terceiros, com valor de inscrição padronizado para os órgãos públicos. O Instituto não conseguiria organizar cursos e oferecer de modo direto os serviços por este valor. Também pode se observar que mesmo que se considerassem outros cursos de capacitação oferecidos no mercado, o valor é plenamente compatível com o conteúdo programático e com a qualidade do palestrante o que torna o serviço educacional plenamente adequado às necessidades do RPPS.

5. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO E OBJETOS:

Item	Descrição	Unidade	Qtde	Valor unitário	Valor total
1	Inscrição no curso LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS: Da montagem do processo à gestão do contrato – 17 e 18 de setembro de 2024	Un.	3	R\$ 997,00	R\$ 2.991,00



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

								TOTAL	R\$ 2.991,00

6.1 . Especificações:

O Curso LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS: Da montagem do processo à gestão do contrato será oferecido de forma presencial, com o diferencial de turma reduzida, com suporte direto da especialista por período de três meses. Esse formato atende às necessidades da equipe do Instituto que está à frente das contratações públicas, fornecendo um aprendizado personalizado, já que as dúvidas podem ser enviadas, previamente à realização do curso.

O curso será ministrado pela especialista Elisa Faria que é Mestre em Administração Pública – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – FJP. Formação em Direito – FUMEC. Especialista em Direito Público Municipal – UNIFENAS. Ex-Subsecretária de Gestão Previdenciária – Município de Contagem. Professora de Direito Administrativo, Previdenciário e Finanças Públicas nos seguintes cursos: Pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdência – PUCMINAS Virtual; Pós-graduação em Previdência Própria – Escola da Magistratura Federal do Paraná; MBA em Finanças Públicas – Instituto de Educação Continuada – PUCMINAS; Pós-graduação em Direito do Trabalho, Inovação e Tecnologia – ESA/MG-CEDIN; Programa de Capacitação de Gestores Públicos da Fundação Dom Cabral – FDC. Autora Saraiva Jur. Membro da Diretoria Científica do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP e Membro do Conselho Editorial da Revista do IBDP. Membro efetivo do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Consultora previdenciária. Advogada. Palestrante. Sócia da JuriSensus Consultoria, Tecnologia e Treinamentos LTDA.

6.2. Da forma e critério de seleção

Aplica-se ao presente objeto o previsto no art. 74, caput da Lei 14.133/2021, sendo hipótese de **contratação direta por inexigibilidade**, se justificando quando a necessidade de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal apresenta **especificidades técnicas ou qualitativas que conduzem à escolha de um fornecedor ou prestador de serviços específico**. A complexidade dos conhecimentos a serem transmitidos; a expertise singular do profissional; a compatibilidade das atividades a serem desenvolvidas com os objetivos e particularidades do RPPS; e o preço de mercado compatível, são elementos que embasam a inexigibilidade nesse contexto para a



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

contratação do curso oferecido de modo aberto a terceiros. A contratação direta de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa permite a escolha discricionária do gestor público que pode escolher a proposta adequada ao atendimento do interesse público envolvido.

6.3. Da descrição da solução como um todo

A solução não importará contratações adjacentes, visto que o transporte e hospedagem dos participantes será custeado por meio de diárias com valor já pré-estabelecido na legislação municipal.

7 REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.2.5 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor

8 DAS OBRIGAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1 O Contrato firmado com a Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência.

8.2 Das obrigações da Contratada:

8.2.1 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, mantendo todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta dispensa de licitação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato e conforme Termo de Referência;

8.2.1 Prestar o serviço, conforme especificações do objeto;

8.2.2 Responder perante a PREVIBREJO, mesmo no caso de ausência ou omissão da assessoria, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

8.2.3 Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade do serviço ofertado, garantindo seu perfeito desempenho.

8.2.4 Executar, às suas expensas, todo e qualquer serviço necessário à completa e perfeita execução objeto da contratação, mesmo que o projeto básico apresente dúvidas ou omissões;

8.2.5 A Contratada não poderá deixar de fazer nenhum serviço contratado alegando falta de pessoal, equipamento ou ferramenta de trabalho;

8.2.6 Ficam a cargo da Contratada todos os pagamentos de salários, seguros, taxas, encargos sociais, inclusive, os previstos na legislação trabalhista, previdenciária, civil e fiscal. Também são da inteira responsabilidade da Contratada os impostos federais e estaduais, todas as peças de reposição, fretes, administração, lucro, transportes, alimentação e quaisquer outros decorrentes do Objeto do Contrato;

8.2.7 Dispor de quadro de pessoal suficiente para o atendimento dos serviços sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos;

8.2.8 Não divulgar o conteúdo dos serviços prestados sem a devida autorização da PREVIBREJO

8.3 Das Obrigações da Contratante:

8.3.1 Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a prestação do serviço.

8.3.2 Efetuar, os pagamentos relativos ao objeto contratado, conforme determina este Contrato Administrativo e o Termo de Referência.

8.3.3 Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir as irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

9 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) **Der causa à inexecução parcial do contrato;**
- b) **Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;**
- c) **Der causa à inexecução total do contrato;**
- d) **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;**
- e) **Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;**
- f) **Praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
- g) **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;**
- h) **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

9.1.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de análise das propostas.

9.1.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- **Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- **Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);**
- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).**

Multa:

- **Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**
- **Moratória de 10%% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta. Por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**
- **O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão da Ata por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.**
- **Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata, no caso de inexecução total do objeto;**

9.1.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.1.4 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.1.5 as peculiaridades do caso concreto;

9.1.6 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.1.7 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.1.8 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.1.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de



INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ

CNPJ.: 03.133.862/0001-80 RUA CAPITÃO ENÉAS, 538 – CENTRO

FRANCISCO SÁ – MG.

TEL.: (038) 99723-7807

pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.1.10 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.1.11 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.1.12 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas com a execução de eventual ajuste, correrão à conta de dotações específicas, constante do orçamento de 2024:

09.122.0002.2130.33.90.39.00 – Serviços terceiros – Pessoa Jurídica – Ficha 835

11 DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O resultado da presente da contratação será divulgado na Plataforma o extrato contrato publicado no PNCP.

Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Francisco Sá/MG

CURSO PRESENCIAL EM BELO HORIZONTE

LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA INSTITUTOS DE RPPS

Treinamento e acompanhamento
personalizado com a professora Elisa Faria: da
montagem do processo à gestão do contrato

RESUMO DO CURSO

DATA

17 e 18 de
Setembro de 2024

HORÁRIO

13h às 18h30 (1º dia)
08h às 13h30 (2º dia)

CARGA HORÁRIA

12h, sendo 10h presenciais e 2h de
nivelamento online

LOCAL

Presencial em
Belo Horizonte

ENDEREÇO

O endereço será
divulgado em breve

SUORTE PÓS-CURSO

Acompanhamento online
personalizado por 3 meses

O QUE VOCÊ APRENDERÁ?

- Instrução e fluxo do processo
- Contratação direta por dispensa
- Contratação direta por inexigibilidade
- Contratação por credenciamento
- Contratação por pregão
- Habilitação de licitantes
- Portais de contratações
- Gestão de contratos

PARA QUEM É ESTE CURSO?

- Dirigentes e Gestores de RPPS
- Assessores Jurídicos e Controladores
- Contadores e Diretores Financeiros
- Agentes de Contratação
- Gestores de Contratos
- Demais servidores interessados

VANTAGENS DO CURSO



SUPORTE POR 3 MESES

Acompanhamento nas licitações realizadas pelo Instituto ao longo de 3 meses pós curso



APENAS 15 VAGAS

Curso com estrutura personalizada e aprendizagem focal, com pouquíssimas vagas



ESTUDO DE CASOS REAIS

Os alunos poderão indicar casos reais de licitações para o estudo prático no curso



10 HORAS INTENSIVAS

Conteúdo programático estrategicamente desenvolvido para ir direto ao ponto

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nivelamento – Visão geral da Lei

Este conteúdo será fornecido online/gravado, para os alunos que quiserem assistir antes do encontro presencial, visando uniformizar os conhecimentos básicos.

Instrução e fluxo do processo

Esse tópico aborda o planejamento e a estruturação do processo licitatório, desde a formulação dos estudos técnicos preliminares até a definição dos critérios de julgamento. Para os Institutos de RPPS, é essencial que o fluxo seja bem definido, garantindo que todos os requisitos legais sejam atendidos. A organização precisa compreender cada etapa, evitando falhas que possam comprometer a legalidade e a eficiência das contratações.

Contratação direta por dispensa

A contratação direta por dispensa, permitida em situações específicas pela Lei n. 14.133/2021, requer uma compreensão clara dos requisitos e limites legais. Para os RPPS, que frequentemente lidam com contratações urgentes ou de pequeno valor, é crucial que os gestores saibam identificar as condições em que a dispensa se aplica.

Contratação direta por inexigibilidade

A inexigibilidade de licitação é uma exceção à regra geral, aplicável quando a competição é inviável, como em contratações de notória especialização ou exclusividade. No contexto dos RPPS, onde serviços técnicos especializados, como cálculos atuariais e consultorias específicas, são frequentemente necessários, este tópico explora as nuances dessa modalidade. A correta aplicação da inexigibilidade exige uma análise criteriosa dos casos concretos e uma justificativa detalhada, garantindo transparência e segurança jurídica.

Contratação por credenciamento

O credenciamento é um procedimento administrativo que permite a contratação de diversos fornecedores ou prestadores de serviços, desde que atendam aos requisitos previamente estabelecidos. Para os RPPS, que podem necessitar de múltiplos prestadores, especialmente em áreas como consultoria ou serviços médicos, o credenciamento oferece flexibilidade e eficiência. Este tópico orienta sobre a criação e gestão de processos de credenciamento, enfatizando a importância da clareza nos critérios e da manutenção da competitividade entre os credenciados.

Contratação por pregão

O pregão, uma modalidade licitatória amplamente utilizada, é fundamental para a contratação de bens e serviços comuns. No âmbito dos RPPS, onde a contratação de serviços padronizados como tecnologia da informação ou serviços administrativos é recorrente, o pregão pode garantir a obtenção das melhores condições de preço e qualidade. Este tópico explora as etapas do pregão, destacando as vantagens do pregão eletrônico, que promove maior transparência e competitividade.

Habilitação de licitantes

A habilitação de licitantes é uma fase para assegurar que os participantes de uma licitação possuem a qualificação necessária para executar o contrato. Este tópico detalha os documentos e requisitos que devem ser exigidos dos licitantes. Além disso, são abordadas as melhores práticas para evitar desclassificações indevidas e garantir a concorrência justa.

Portais de contratações

Os portais de contratações são plataformas eletrônicas que centralizam informações sobre licitações e contratos, facilitando o acesso de gestores e fornecedores. No contexto dos RPPS, o uso eficaz desses portais é essencial para garantir a transparência e a eficiência nas contratações. Este tópico explora as funcionalidades dos principais portais, além de oferecer orientações sobre a publicação de editais, gestão de propostas e acompanhamento dos processos.

Gestão de contratos

A gestão de contratos envolve o acompanhamento e a fiscalização dos contratos administrativos, garantindo que as cláusulas contratuais sejam cumpridas. Para os RPPS, a gestão eficiente de contratos é fundamental para assegurar que os serviços prestados estejam em conformidade com o que foi contratado, evitando prejuízos financeiros e legais. Este tópico oferece diretrizes práticas para a execução do contrato, incluindo a fiscalização, o controle de prazos, e a aplicação de penalidades, quando necessário.

ESPECIALISTA



Elisa Faria

Elisa Faria é Mestre em Administração Pública – Escola de Governo da Fundação João Pinheiro – FJP. Formação em Direito – FUMEC. Especialista em Direito Público Municipal – UNIFENAS. Ex-Subsecretária de Gestão Previdenciária – Município de Contagem. Professora de Direito Administrativo, Previdenciário e Finanças Públicas nos seguintes cursos: Pós-graduação em Direito do Trabalho e Previdência – PUCMINAS Virtual; Pós-graduação em Previdência Própria – Escola da Magistratura Federal do Paraná; MBA em Finanças Públicas – Instituto de Educação Continuada – PUCMINAS; Pós-graduação em Direito do Trabalho, Inovação e Tecnologia – ESA/MG-CEDIN; Programa de Capacitação de Gestores Públicos da Fundação Dom Cabral – FDC. Autora Saraiva Jur. Membro da Diretoria Científica do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP e Membro do Conselho Editorial da Revista do IBDP. Membro efetivo do Instituto Mineiro de Direito Administrativo – IMDA. Consultora previdenciária. Advogada. Palestrante. Sócia da JuriSensus Consultoria, Tecnologia e Treinamentos LTDA.

JUSTIFICATIVA

A Lei n. 8.666/93 permaneceu em vigor por décadas, proporcionando aos gestores públicos uma estrutura sólida de suporte normativo, doutrinário e jurisprudencial. Contudo, com a promulgação da Lei n. 14.133/2021 – esse acervo tornou-se obsoleto ou, no mínimo, insuficiente para a aplicação prática das novas regras e comandos legais.

Agora, com mais de seis meses de vigência obrigatória da nova lei, muitos gestores públicos ainda enfrentam dificuldades na sua implementação prática. Mesmo com um período de transição, que durou até dezembro de 2023, a assimilação dos novos conceitos e a adaptação aos processos que a Lei n. 14.133/2021 exige ainda não ocorreram de forma plena.

A nova legislação introduziu uma mudança significativa no planejamento das contratações, destacando-se a obrigatoriedade de estudos técnicos preliminares e o planejamento anual de contratações. A segregação de funções e a responsabilidade individual dos agentes públicos em cada etapa da contratação também exigem uma compreensão profunda da norma por parte de todos os envolvidos, do planejamento à fiscalização do contrato.

Para os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), essa mudança é particularmente desafiadora, uma vez que lidam com contratações específicas e altamente técnicas, como cálculo atuarial, gestão de investimentos, assessoria previdenciária, entre outros. A complexidade dessas demandas torna imperativo que os gestores e servidores desses institutos estejam plenamente capacitados para aplicar a nova lei de forma correta e eficiente.

Apesar da oferta crescente de cursos e eventos sobre a nova lei, poucos têm abordado de maneira prática e estratégica a sua aplicação no contexto dos RPPS.

PROGRAMAÇÃO

1º Dia

13h00 às 13h30

Introdução

13h30 às 15h30

Bloco 1

15h30 às 16h00

Coffee Break

16h00 às 18h30

Bloco 2

2º Dia

08h00 às 10h30

Bloco 3

10h30 às 11h00

Coffee Break

11h00 às 13h00

Bloco 4

13h00 às 13h30

Tira-Dúvidas

DÚVIDAS

Como funciona o suporte personalizado de 3 meses?

O Instituto terá suporte de 3 meses para acompanhamento de licitações realizadas no período, podendo sanar dúvidas e solicitar orientações técnicas no caso prático. O acompanhamento não é equivalente a uma consultoria jurídica completa, não sendo possível a elaboração de documentos e pareceres.

Quando o certificado é emitido?

O documento é enviado na versão digital para o e-mail do participante em até 2 dias após a realização do curso.

Quais as formas de pagamento?

No preenchimento do formulário é possível optar pelo pagamento via Transferência, PIX ou Boleto Bancário.

Existe algum desconto para grupos de participantes?

Sim. Oferecemos desconto de 33% para 2 ou mais inscrições do mesmo Instituto.

Quais são os pré-requisitos para a participação deste curso?

O curso não possui pré-requisito que limite a participação de profissionais. Todavia, por se tratar de um treinamento prático e denso, é desejável conhecimento básico da temática de licitações ou que tenha feito o nivelamento, disponibilizado no formato online para os inscritos.

Qual é a política de cancelamento e reembolso?

Oferecemos a possibilidade de cancelamento com reembolso total em até 7 dias após o pagamento, desde que com antecedência superior a 5 dias úteis antes da realização do curso. Isto é necessário para não comprometer a realização do evento. Para solicitações com prazos inferiores a 5 dias úteis antes do curso, oferecemos como alternativa a concessão de crédito no valor integral investido, para utilização em futuros treinamentos da JuriSensus. Para solicitar reembolsos, envie um e-mail para contato@jurisensus.com e prossiga com as instruções de nossa equipe de atendimento.

O curso possui material de apoio?

Sim. Os participantes receberão, no dia do evento, o material digital completo para acompanhamento das aulas.

Como funciona o acesso à Plataforma online JuriSensus?

Todos os participantes inscritos neste curso receberão acesso a um espaço online com conteúdos exclusivos e compartilhamento de conhecimento e experiências profissionais. O acesso é enviado ao e-mail do Instituto em até 24h após a identificação do pagamento da inscrição.

Como posso obter Nota Fiscal do pagamento?

A Nota Fiscal será gerada automaticamente após a solicitação de inscrição e enviada no e-mail do Instituto em até 24h após o envio do formulário. Caso não receba o documento, envie um e-mail para contato@jurisensus.com.

INSCRIÇÕES



1 INSCRITO POR ÓRGÃO
R\$ 1.397,00



28% DE DESCONTO

A PARTIR DE 2 INSCRITOS POR ÓRGÃO
R\$ 997,00 cada inscrição

LINK DE ACESSO

jurisensus.com/presencial-licitacoes

contato@jurisensus.com